ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 07/05

SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2005

22 de Setembro de 2005

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores Manuel Vieira, Tremoço de Brito, Martinho Caetano e Quadrado Rego, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, a Senhora Vereadora Maria João Bual e os Senhores Vereadores Alves Nunes, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Miguel Paulo Mendes Gabriel, Vasco Jardim e Vieira de Castro.

Verificado o Quórum, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – RENÚNCIA

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que o senhor António Luís Andrade Silva, eleito nas listas da CDU, renunciou ao mandato em 14 de Setembro de 2005 (Documento anexo à presente Acta). De seguida informou de que, em conformidade com o Artº. 79º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a vaga seria preenchida pelo senhor António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço (Documento anexo à presente Acta).

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município"***.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão às Grandes Opções do Plano para 2005 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais*** **(Proposta n.º. 446/2005)*";***

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão do Orçamento Ordinário para 2005*** **(Proposta n.º. 447/2005)"**;

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"PROQUAL – Permuta de Terrenos na Brandoa-(Proposta n.º. 255/2005";***

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, à URPIA para Construção de Equipamento Social com Valência Lar e SAD (Proposta n.º.422/2005)";***

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, ao Centro Desportivo, Cultural e Recreativo Moínhos da Funcheira (Proposta n.º. 423/2005)"***;

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal sobre Viaturas Estacionadas Indevida e Abusivamente na Via Pública (Proposta n.º. 428/2005)";***

8 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal de Arquivo do Município da Amadora (Proposta n.º. 429/2005)".***

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à discussão, tendo-se inscrito os senhores Carlos Reis , António Santos, João serrano, José Fernandes e João Paulo Castanheira.

O senhor **Carlos Reis** disse que, em nome do PSD, queria colocar à consideração da Assembleia, nos termos legais e regimentais, a discussão e aprovação de uma Moção sobre a situação do desemprego verificada no Concelho da Amadora. Que o conteúdo da Moção é do conhecimento da Mesa e que por lapso da bancada o pedido de agendamento desta Moção foi enviado fora de tempo, isto é, depois de ter expirado o tempo legal de entrega. Face ao exposto, solicitou que a mesma seja incluída na Ordem do Dia.

O senhor **António Santos** disse que não tem conhecimento do conteúdo da Moção, mas que o BE está disponível para discutir este assunto.

O senhor **João Serrano** disse que esta questão foi colocada na última Conferência de Lideres, mas que o Grupo do PS, através dele próprio, se opôs ao agendamento, em sede de Conferência, porque os prazos tinham sido ultrapassados e que este assunto deveria ser deixado para o próprio plenário para que este decida. Por fim disse que o PS aceita o agendamento da Moção.

O senhor **José Fernandes** disse que a CDU está de acordo com o agendamento da Moção, pois a CDU entende que todos os assuntos que dizem respeito à Amadora devem ser discutidos.

O senhor **João Paulo Castanheira** disse que o CDS-PP está de acordo com o agendamento da Moção.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a votação, com a inclusão da Moção, sendo aprovada por unanimidade dos 37 membros presentes.

ORDEM DO DIA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município"***.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão às Grandes Opções do Plano para 2005 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais*** **(Proposta n.º. 446/2005)*";***

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão do Orçamento Ordinário para 2005*** **(Proposta n.º. 447/2005)"**;

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"PROQUAL – Permuta de Terrenos na Brandoa-(Proposta n.º. 255/2005";***

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, à URPIA para Construção de Equipamento Social com Valência Lar e***

SAD (Proposta n.º 422/2005)";

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, ao Centro Desportivo, Cultural e Recreativo Moínhos da Funcheira (Proposta n.º. 423/2005)"***;

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal sobre Viaturas Estacionadas Indevida e Abusivamente na Via Pública (Proposta n.º. 428/2005)";***

8 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal de Arquivo do Município da Amadora (Proposta n.º. 429/2005)".***

9 – Apreciação e votação de Projecto de Moção sobre ***"Situação de Desemprego Verificada no Concelho da Amadora".***

III - APROVAÇÃO DE ACTAS

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que foram enviadas as Actas n.º. 8, 9, 10 e 11 de 2004 e 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de 2005. De seguida colocou-as à discussão e não havendo intervenções, colocou-as à votação, sendo aprovadas por unanimidade dos 37 membros presentes.

IV – CORRESPONDÊNCIA

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º. 2 do Artº. 30º. do Regimento.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveram-se os senhores José Clemente, Carlos Perry, Madalena dos Santos Câncio, Conceição Loureiro, João Caixinha, Pedro Pereira, Renata Soeiro e Neide Costa.

O senhor **José Clemente** interveio para se referir uma exposição entregue na Junta de Freguesia da Damaia sobre as obras na Avª. Alves Redol, na Damaia de Baixo a solicita a criação de espaços de estacionamento. Sobre o passeio de ligação da Avª. Alves Redol com a Praceta Carlos Oliveira solicitou que fosse retirado o amontoado de terras que ali se encontram. Perguntou que obras estão planeadas para a Avª. Alves Redol e para quando a sua conclusão. Que as solicitações feitas farão com que a qualidade de vida das populações melhore. Por fim solicitou informações sobre o projecto CRIL.

O senhor **Carlos Perry** interveio para se referiu à CRIL para dizer que está um pouco assustado com as declarações do senhor Ministro das Obras Públicas quando disse que os interesses do Estado se sobrepõem aos interesses da população. Que estes comentários não seriam os mais adequados nem serão o reflexo da realidade dc que se pretende realizar. Por fim disse que a CRIL é fundamental, que não pode deixar de existir por muito mais tempo.

A senhora **Madalena dos Santos Câncio** interveio para se referir à Avª. do Brasil dizendo que foi mudada a face da Amadora, porque quando veio para a Amadora não tinha o aspecto que tem hoje, pelo que felicita a Câmara por esta situação. Que não pode deixar de mostrar o seu desapontamento, pois, residindo na Avª. do Brasil, sente-se extremamente lesada devido à linha do comboio que não está insonorizada e também à existência do pseudo Centro Comercial que funciona só com bares. Que, hoje, corria na Avª. do Brasil que seria aberto mais um bar com a seu encerramento às quatro da manhã. Que a qualidade de vida, naquela zona, todos os dias diminui, o que é lamentável, pelo que solicita à Câmara que tenha em atenção aos licenciamentos dos bares.

A senhora **Conceição Loureiro** interveio para se referir à Avª. do Brasil, dizendo que a qualidade de vida não existe ali e cada vez menos, porque no Centro Comercial o que está ali instalado são bares. Que não é respeitado o silêncio, que a PSP não consegue manter ali a ordem, razão de não conseguirem dormir, pelo que gostaria de ser informada do que se vai fazer para atenuar esta situação.

O senhor **João Caxinha** interveio para se referir ao Mercados dos Moinho da Funcheira e de seguida leu um documento (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Pedro Pereira** referiu-se ao Casal da Mira lendo, de seguida, um documento (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Renata Soeiro** interveio para se referir ao Rancho Folclórico "Dançar é Viver" lendo, de seguida, um documento (Documento anexo à presente Acta).

A senhora **Neide Costa** interveio para se referir a Carenque dizendo que a sua população está contente com o que ali foi feito. Que falta muita coisa em Carenque e solicitou, aos futuros membros da Assembleia, que, no futuro, seja feito o Plano de Pormenor de Carenque, pois faz falta.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **José Clemente** disse que foram colocadas questões às quais não poderá responder, pois cabe ao senhor Presidente da Junta de Freguesia essas respostas. Sobre a CRIL disse que, responde também ao senhor **Carlos Perry**, não lhe compete defender o senhor Ministro e que cada um assume aquilo que diz. Que devem ser defendidos os interesses do Estado, mas também se têm de defender os interesses da população. Que pensa que há uma evolução, não uma evolução total, mas sim uma actuação e uma maneira de estar diferente. Que se conseguiu começar a dialogar, com reuniões de trabalho, com o senhor Presidente da EP, o que é diferente, pois até agora era muito difícil. Que em algumas questões tem havido alguns avanços, mas que ainda não se conseguiu resolver os problemas todos. Que o que se conseguiu já é melhor do que o anterior. Que houve uma evolução e não existe um fecho das negociações e que durante o mês de Outubro haverá uma

solução e que espera que seja a melhor solução para resolver grande parte dos problemas.

À senhora **Madalena dos Santos** disse que, sobre a questão da REFER e das barreiras de insonorização, a REFER teve um compromisso com a Câmara. Que a REFER começou a colocar as barreiras a partir da Reboleira, mas que a determinada altura parou e depois desviou a obra que tinha começado na Amadora para Sintra. Que a Câmara está à espera que a questão da colocação das barreiras seja resolvida. Sobre os bares na Avª. do Brasil disse, também à senhora **Conceição Loureiro**, que só hoje é que lhe chegou o abaixo assinado. Que não houve nenhum licenciamento para a abertura de um novo bar naquela Avª. até às quatro da manhã. Que, com base no documento que lhe chegou, solicitou à Polícia Municipal que lhe faça um levantamento de toda aquela situação para que se possa tomar medidas sobre a matéria.

Ao senhor **João Cachinho** disse que a Câmara sabe que o Mercado dos Moinhos da Funcheira tem vários problemas pelo que têm de encontrar soluções. Que um mercado daqueles não pode estar a funcionar da forma como está.

Ao senhor **Pedro Pereira** disse que a solução para a Rua de S. José não é uma solução fácil e que se tem de encontrar uma solução para resolver a situação.

À senhora **Renata Soeiro** disse que lamentava o que tinha acontecido. Que espera que situações destas não voltem a acontecer.

À senhora **Neide Costa** disse que existe algum trabalho feito sobre Carenque. Que foram pedidos, a um grupo ligado uma Universidade, alguns estudos em relação a Carenque, mas que o que foi entregue, na prática, é totalmente impossível de executar. Que se continua a trabalhar de modo a que possa aparecer um projecto que possa ser concretizado. Por fim disse que existem ali questões muito complicadas e que serão muito difíceis de resolver.

Encerrou o senhor **Presidente da Assembleia** este período.

VI- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Abriu o senhor **Presidente da Assembleia** as inscrições.

O senhor **João Serrano** disse que esta era a última Sessão deste mandato e que por isso queria,

em nome do Grupo Municipal do PS, saudar todos os membros da Assembleia. Que, independentemente da força partidária, todos procuraram dar o seu melhor e o seu empenhamento na defesa dos seus ideais e das suas ideias e que pensa que todos contribuíram para desempenhar o mandato e respeitar, no fundo, a confiança que os amadorenses deram aquando das eleições. Saudou a Mesa e o seu Presidente pela condução dos trabalhos. Saudou os senhores Vereadores e que foi com agrado que assistiu, ao longo destes quatro anos à sua presença. Saudou o senhor Presidente da Câmara, pois, através da sua intervenção, sempre procurou responder ao que lhe era perguntado. De seguida falou nas eleições, dizendo que ao longo de vários anos, o PS conseguiu vencer as eleições autárquicas na Amadora, depois de uma hegemonia da CDU. Que o balanço do 1º. mandato foi positivo, pois o PS cumpriu todos os compromissos, ou quase todos, mesmo não tendo uma maioria absoluta. Que em 2001 o trabalho foi reconhecido através dos resultados obtidos nas eleições. Que, com a maior maioria absoluta da Área Metropolitana de Lisboa, as expectativas da população aumentaram e com elas as responsabilidade de todos os eleitos. Que foram tomadas posições sobre a situação da Bombardier, matéria ainda, infelizmente, não resolvida o que nos deixou bastante preocupados. Que se insurgiram com os Orçamentos do Estado que prejudicaram a Amadora, nomeadamente, as restrições que limitaram a capacidade de endividamento do Município para prosseguir e concluir o Plano Especial de Realojamento. Sobre o Hospital Amadora/Sintra disse que pela primeira vez foi criado um Grupo de acompanhamento, onde participaram todos os partidos, que fez um trabalho bastante importante e que obrigou, na altura, que fossem, logo de imediato, tomadas medidas de correcção de algo que estava a acontecer, nomeadamente o perigo ambiental. Que um Grupo de trabalho representado por todos os partidos, apresentou, pela primeira vez, uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal que melhorou muito e dignificou muito os trabalhos da Assembleia. Que procuraram, no mandato que lhes foi dado, dignificar a Assembleia. Que a Assembleia Municipal deve ser um local de intervenção pública. Que foi adiada uma reforma na Legislação que dava mais competências e mais responsabilidades às Assembleias Municipais. Que partem, para as eleições que se avizinham, com confiança no trabalho desenvolvido. Que muito ficou por fazer, mas também muito se fez nos últimos quatro anos. Falou em três áreas, a educação, as acessibilidades e os espaços verdes, dizendo que apostaram na educação como o pilar fundamental na vida em sociedade, foi ampliada a rede pré escolar de seis salas para cinquenta e quatro e foram

requalificados 99% dos estabelecimentos de ensino. Que são servidas refeições diárias em todos os estabelecimentos de ensino. Que apostaram na qualificação dos espaços públicos, nomeadamente nos espaços degradados que deram lugar a espaços de lazer e convívio. Que, em dois mil e quatro, o Metro chegou à Amadora, sendo uma via de transportes essencial para que ficasse isolada e que hoje tomou conhecimento de que o Governo vai promover a ligação à Estação da CP da Reboleira, o que faz com que seja o primeiro interface na Área Metropolitana de Lisboa e de importância vital para a Amadora e Sintra. Que foi alargada a estrada nacional 117, o IC 19 e a estrada velha de Queluz e que foram construídos nós para reduzir o trânsito no centro da Cidade. Que muito foi feito, muito tem que ser feito e que, no próximo mandato, as prioridades já estão definidas, as crianças e os idosos. Por fim disse que o que se coloca ao povo mas próximas eleições é simples, vão avaliar se o trabalho desenvolvido pela Câmara foi positivo ou negativo, se cumpriu ou não os seus objectivos e que pensa que a resposta será clara, que o povo da Amadora, no dia nove de Outubro, irá votar no PS.

O senhor **Carlos Reis** em nome do PSD felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, na sua pessoa, todos os membros da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara e Vereação pelo mandato que hoje termina. Um mandato que teve aspectos positivos, na afirmação da democracia, do poder local, no convívio salutar de todos em prol da Cidade, mas que não pode esconder problemas, divergências e diferenças de ponto de vista. Que pelas palavras do senhor João Serrano se poderia pensar que esta não é a Cidade onde se vive, pois, nos jornais, na televisão e na rádio é, fustigada pelos piores motivos. Que os círculos políticos se medem de quatro em quatro anos e que os eleitores não deveriam agradecer promessas que deveriam ter sido cumpridas no decurso do primeiro mandato, pois seria fácil prometer coisas para daqui a dez anos e ir sendo eleito a dizer que estava a fazer essas promessas e depois exigir o agradecimento porque foi cumprida uma promessa que tinha sido feita à dez anos. De seguida disse que ultrapassa o limite da lealdade política entre todos, pegar no discurso que foi proferido, que foi dito, que foi divulgado e mais do que responder serem colocadas coisas na boca de uma pessoa que não foram ditas por ele e por isso entregou, ao senhor Presidente da Assembleia, o discurso proferido no dia onze de Setembro, para que conste em Acta (Documento anexo à presente Acta). Que o mais grave do que aquilo que se diz é aquilo que se insinua. Que só diz aquilo a que se compromete e àquilo que está escrito no discurso. Que não

fará parte do próximo mandato na Assembleia e disse que são necessárias amplas alterações ao Regimento da Assembleia para que as Comissões especializadas da Assembleia possam reunir com mais assiduidade e que essas Comissões sejam presididas directamente pelos partidos políticos desobrigando a Mesa da Assembleia de ter o controlo democrático. Que há muito que fazer, pois a Assembleia Municipal não pode ser o parente pobre da Autarquia, pois é um fórum de debate mas também um Órgão Fiscalizador. Por fim deixou um agradecimento a todos pela paciência que tiveram na sua escuta, durante estes quatro anos, e fez votos para que, os que continuam e os novos eleitos, façam o melhor pela Cidade.

O senhor **Jaime Garcia** referiu-se à Buraca dizendo que foram arranjados os taludes da IC 19, mas que a determinada altura a obra parou. Que espera que esta situação seja alterada e que a Junta de Freguesia tenha conhecimento do que vai ser feito. Sobre os Patrulheiros disse que foi colocado mais um na Freguesia da Buraca, mas que não foi dado conhecimento à Junta de Freguesia, tendo tido conhecimento aquando do pagamento, pelo que solicita que a Junta de Freguesia, em casos como este, seja sempre informada.

O senhor **José Fernandes** saudou todos os Grupos Municipais, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores. Sobre o Regimento disse que a sua revisão foi muito má e que esta revisão só foi possível porque o PS teve uma maioria absoluta neste mandato. Que a CDU também já teve uma maioria absoluta e nunca coarctou a possibilidade de todos os membros da Assembleia poderem intervir, isto é, nunca limitou os tempos de intervenção e que espera que no próximo mandato o Regimento seja reformulado. Que foram enumeradas grandes obras, mas que há outras mais pequenas que deveriam ser feitas, o que daria à Amadora um aspecto mais limpo e um aspecto mais cuidado. Que as ruas da Amadora são limpas, mas que se esquecem dos passeios havendo ervas junto às capotas dos carros. Que há falta de cantoneiros de limpeza e que os que existem são poucos para fazerem a limpeza da Cidade. Por fim disse que as grandes obras são necessárias, mas que são também necessárias as pequenas obras.

O senhor **António Santos** saudou todos e em especial os senhores Secretários da Mesa da Assembleia que para o próximo mandato não irão participar por não concorrerem. Saudou as pessoas, pois nesta Assembleia o melhor foram as pessoas. As pessoas que vieram aqui

manifestar as suas preocupações e indignações, mas sempre com vontade determinante de querer participar na vida deste Concelho. Que, para o próximo mandato, os Presidentes das Juntas de Freguesia deveriam assumir, muitas vezes, as responsabilidades de se manifestarem, na Assembleia Municipal, as preocupações, as prioridades das populações das suas Freguesias. Por fim disse que não é por acaso que as eleições deste ano são em Outubro em vez de Dezembro, pois será necessário aprovar o Orçamento e o Plano de Actividades para o próximo ano e, caso fossem em Dezembro era absurdo que o próximo executivo tivesse de governar a Câmara com um Orçamento votado pelos membros da Assembleia do anterior mandato.

O senhor **João Paulo Castanheira** saudou todos os membros da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia, os senhores Vereadores, o senhor Presidente da Câmara, os funcionários e também os cidadãos que vêm aqui. Sobre o Regimento disse que não foi ele que acabou com a situação das Sessões acabarem muito tarde, pois também se esteve até tarde a discutir moções contra o Governo. Sobre a CREL disse que seguramente o PS vai ter oportunidade de abolir as suas portagens. Quanto à limitação ao endividamento disse que no Orçamento Rectificativo ficou tudo na mesma. Sobre a urbanização da Cometna disse que foi uma urbanização aprovada por outro executivo e não pelo actual Presidente de Câmara. Que não foi exigida uma garantia bancária ao urbanizador e que naquela urbanização não existe estacionamento, pelo que se deve exigir ao urbanizador que construa o silo automóvel naquele sítio. Que este executivo entregou à mesma empresa uma série de outros alvarás de construção sem exigir que cumprisse as obrigações em alvarás anteriores. Que já falou nesta matéria várias vezes e que no dia 17 de Junho de 2004 lhe foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que o urbanizador já foi notificado e, caso não cumpra com aquilo a que foi obrigado, serão accionados todos os mecanismos legais. Que essa afirmação foi reafirmada em 23 de Junho de 2005, portanto um ano depois e perguntou se já foi interposta a acção judicial contra o urbanizador e se não o fez porquê e quando é que vai fazê-lo. Sobre a urbanização do Outeiro na Falagueira disse que uma das obrigações do urbanizador era a de recuperar os moinhos existentes naquela zona. Que foi feito um atentado nos moinhos, pois foram colocados uns paus a fazer de vela e que não rodam, janelas de alumínio e portas de metal, pelo que pergunta quando é que vão ser recuperados. Que pensa que haja garantia bancária e pergunta se a Câmara já a accionou, se não foi feito, porquê e quando é que vai ser feito. Por fim falou sobre a Rua Cândido dos Reis dizendo que,

aquela Rua é uma das únicas que representa a zona histórica da Cidade, está ali a nascer um prédio que é um mamarracho em vez da sua reconstrução, como previa o alvará, pelo que pergunta o que é que se está a passar e de que forma o construtor vai poder reparar os danos causados.

O senhor **Luís Guarita** disse que a Câmara da Amadora sofreu com as restrições orçamentais que o Governo do PSD e do CDS-PP impôs. Que o PSD da Amadora se insurgiu contra essa restrição, porque punha em causa a Cidade e o Concelho e que impedia a Câmara de continuar uma obra que é fundamental para o desenvolvimento do Concelho. O repto que deixa é que se concentrem nas propostas e nas medidas que vão vir neste próximo Orçamento e que irão ver se o PS irá fazer aquilo que aqui o PS da Amadora diz que vai fazer, que é repor a possibilidade das Câmaras tornarem a poder contrair dívidas para poderem construir e acabar o PER. Que se isso não acontecer espera pelas explicações que irão ser dadas. Que era importante que a Câmara da Amadora tenha fiscalização, porque não tem. Que está a ser concluída uma grande obra que é a da Ribeira da Falagueira, mas que nessa obra não existe vedação e que uma pessoa foi ali electrocutada. Que o empreiteiro não veda a obra, nem verifica, nem fiscaliza o que se passa na obra. Que o que está ali a ser feito está a ser vandalizado todos os dias porque a obra está aberta a toda a gente. Que é uma desatenção da Câmara Municipal porque não fiscaliza o que se está a passar na obra. Que se está a fazer a rotunda da Ribeira da Falagueira onde já foram feitas as pinturas à pouco tempo e neste momento já não se conseguem ver as pinturas. Que estão a ser feitos os passeios, mas muitos desses, por causa da passagem dos camiões da obra, já estão destruídos e também que há passeios que não foram rebaixados. Por fim disse que não existe um critério na colocação dos Moloks, pois no circuito da Estrada da Serra da Mira existem Moloks e contentores, pelo que pergunta como é que a Câmara vai fazer a gestão.

O senhor **Joaquim Galhanas da Luz** disse que não poderia deixar de intervir pelo facto do senhor José Fernandes se referir à limitação do tempo, pelo PS, de intervenção nesta Assembleia, só porque teve a maioria absoluta. Que disse que a CDU nunca fez isso, mas que recorda que o que foi feito foi-o de acordo com as regras democráticas, foram apresentadas propostas, todos os membros da Assembleia conheciam as propostas, todos tiveram a possibilidade de as discutir e de as votar.

O senhor **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção para, uma vez que é a última Sessão, agradecer a colaboração, a disponibilidade, a paciência e a compreensão que os membros da Assembleia tiveram para com a Câmara. Que com a intervenção e a crítica da Assembleia se contribuiu para melhorar o funcionamento e a melhoria de algumas questões a nível do Município.

Ao senhor **Carlos Reis** disse que não lhe irá repetir a sua intervenção do dia do Município. Que preparou o seu discurso por escrito, mas que teve de dar algumas respostas para além do discurso que tinha escrito. Que não viu, na sua intervenção, nada, do ponto de vista da manipulação, sobre a intervenção do senhor Carlos Reis, mas sim pelo contrário, pois teve contenção no que lhe devia ter dito e que vai continuar a ter essa contenção num dia como hoje que é a última Sessão da Assembleia Municipal. Que se vai perder um bom membro da Assembleia, mas que espera que seja eleito para se ganhar um bom Vereador.

Ao senhor **José Fernandes** disse que a prova evidente de que foi feita obra foi a sua intervenção. Que há questões que são importantes para a vida das pessoas, são as tais pequenas questões que o senhor diz e que também ele tem a mesma preocupação. Que não foram feitas mas também não foram pioradas. Que falta fazer muita coisa e que se fossem só as que diz ficaria muito feliz e satisfeito. Que, infelizmente há muita coisa para fazer que não conseguiu ainda fazer. Que já foi discutida, por várias vezes, a questão do pessoal e a questão da política da limpeza. Que entende que os problemas da limpeza urbana não se resolvem apenas com cantoneiros, mas sim com aquisição de material e que tem de se melhorar a limpeza.

Ao senhor **António Santos** disse que sempre procurou responder sempre aos munícipes e que nunca fugiu ao diálogo com qualquer munícipe e que gostaria de ver mais munícipes na Assembleia a colocarem as suas questões, mas também para ouvirem, muitas vezes, algumas intervenções que não dignificam os órgãos autárquicos.

Ao senhor **João Paulo Castanheira** sobre a urbanização da Cometna disse que o processo é antigo, não foi feita qualquer obrigação e que o estacionamento no silo tem a ver com a obrigação de ocupação do espaço público que deveria ter estacionamento público e não tem, porque se fizeram mais prédios. Que havia duas condições mínimas para garantir a execução, que era uma garantia bancária e o registo do terreno, mas que não foi feito nem uma coisa nem outra. Que só se pode accionar garantias a uma urbanização e não se pode accionar para outra que nada tem a ver com aquela. Que a Câmara está a tentar que o urbanizador cumpra as suas

obrigações. Que o urbanizador nunca disse à Câmara que não faz o silo, mas o que é certo é que a obra não avança. Que a Câmara iria accionar os mecanismos ao seu alcance, que será um processo no Tribunal, pois não havia outro mecanismo legal. Por fim disse que neste momento não sabe como é que está o processo, mas que irá saber e depois lhe comunicará o ponto da situação.

Findo o tempo de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou este período.

VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município"***.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para continuar a responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia no período anterior. Sobre os moinhos disse que existem garantias bancárias, bem como em relação ao estacionamento que está em falta na urbanização do Outeiro na Falagueira. Que não foram recepcionadas as obras dos moinhos porque a recuperação dos mesmos não foi feita de acordo com as regras e só será feita depois de estarem em condições. Sobre a Cândido dos Reis disse que o que foi aprovado foi na base da reabilitação e recuperação do edifício, mantendo as fachadas e que o que lhe foi dito pelos serviços, depois da fachada cair, foi de que tinha sido feita uma intervenção mal feita por alguém da construção civil e que o edifício tinha acabado de ruir. Que o que lhe foi garantido foi o de que a fachada, a ser construída, tenha o traço da fachada que lá se encontrava, pelo que a Câmara vai estar atenta àquela situação.

Ao senhor **Luís Guarita** disse que não tem informação sobre o acidente que ocorreu no Parque da Ribeira da Falagueira. Que a obra tem fiscalização técnica e que muitas das vezes há correcções. Que há normas que o empreiteiro tem de respeitar, mas que às vezes não respeita. Sobre o rebaixamento dos passeios disse que todos os passeios têm sido rebaixados e que a obra ainda não está acabada. Sobre as pinturas das passadeiras disse que por vezes andam a

pintá-las a horas impróprias, pois quando as pintam logo passa um carro que as danifica. Sobre os moloks disse que existe um plano da sua colocação, isto é, vão ser colocados 230 a nível do Concelho e que será feito por várias fazes.
Ao senhor **Jaime Garcia** disse que existe um projecto para tratar todos os taludes da IC 19 e da Estrada Nacional 117, independentemente das Freguesias. Que a EP deveria participar porque é um espaço que eles deveriam cuidar, porque é um espaço da sua responsabilidade. Que foi apresentado o projecto à EP e ao senhor Secretário de Estado, tendo este dado o seu acordo para ser estudado e ser visto quanto é que custava para a EP dar o seu contributo. Por fim disse que sobre os Patrulheiros não lhe poderia responder, pois existe um princípio de autonomia entre os serviços do trânsito e do DOM sobre esta matéria.

O senhor **Luís Guarita** disse que as obras da Ribeira da Falagueira são salutares, importantes e imprescindíveis para o desenvolvimento do Concelho, mas que o problema naquela obra é que em muitos locais não tem gradeamento. Que não diz que a culpa seja da Câmara, mas que há uma responsabilidade da Câmara que é o de fiscalizar e que foi isso que ele chamou à atenção. Que a pessoa que ali sofreu o acidente não faleceu, daí não haver reportagem e daí o não conhecimento. Que soube do acidente porque mora naquela rua. Que a chamada de atenção é para que o que aconteceu não volte a acontecer e se possa tornar numa tragédia. Sobre os passeios disse que estava a falar com conhecimento de causa e que pensa que aqueles passeios não vão ser rebaixados ou só serão rebaixados porque a Câmara irá tomar em atenção esta situação. Que o empreiteiro não o iria fazer porque o quer é andar com a obra e que não há o cuidado de retirar os restos de obra, razão de a Câmara ter de fazer a fiscalização. Quanto às pinturas disse que estão mal feitas e que quem perde é a Câmara porque daqui a algum tempo terá de as fazer novamente. Que o eixo da Estrada da Falagueira e da Serra da Mira é um eixo de grande trânsito, pelo que é importante cuidar da segurança naquele local limitando a velocidade, porque o que se está a fazer é uma pista que faz com que as pessoas andem em velocidade. Por fim perguntou que medidas é que a Câmara irá tomar para limitar a velocidade e para impor regras de segurança naquele eixo.

O senhor **Jaime Garcia** disse que não percebe como é que o senhor Vereador não tem conhecimento dos Patrulheiros que são colocados nas Freguesias. Por fim disse que quando há

alguma coisa para a Freguesia deveria ser contactado para que, quando lhe perguntarem sobre as situações, possa responder.

O senhor **José Fernandes** referiu-se à Ilha Mágica do Lido dizendo que foi inaugurada à pressa no Aniversário do Município e que não foi à inauguração porque lhe disseram que a obra não estava completa, razão de não ter comparecido. Que esteve a funcionar durante uma semana, mas que agora está parada porque a tinta começou a saltar e a parte do cimento começou a ficar à vista. Que se encontra ali uma tabuleta que diz que é proibido tomar banho e que os trabalhadores da Câmara estão a raspar a tinta para colocar outra. Sobre a pintura das passadeiras disse que nos outros Concelhos o trabalho é feito à noite, porque se limpa melhor o asfalto, há menos trânsito, há mais possibilidade de se trabalhar e as tintas podem ser aplicadas melhor. De seguida referiu-se ao Relatório para se referir às comemorações do XXVI Aniversário do Município da Amadora. Que, nestes dois últimos anos, tomou contacto com várias autarquias e que muitas delas, na data do Município, costumam homenagear alguns dos seus filhos, nomeadamente, empresários que se tenham destacado, os artistas em todas as suas vertentes, os atletas nas suas mais variadas modalidades, pessoas ligadas às letras, etc.. Acontece que muitos dos Municípios, pela altura da comemoração do seu aniversário, condecoram esses seus filhos que se destacaram. Que é uma forma grata de alguns Municípios enaltecerem o mérito de alguns dos seus munícipes. Por fim disse que a Amadora, à alguns anos a esta parte, tem ignorado os seus talentos, o que é pena, pois a Amadora também tem individualidades que mereciam ser destinguidas pelos seus feitos.

O senhor **Catolino Pinto** disse que vem aqui apoiar a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca, senhor Jaime Garcia, relativamente à falta de comunicação entre a Vereação, os serviços e as Juntas de Freguesia. Que numa última Sessão fez uma intervenção semelhante à do senhor Presidente da Buraca e ele também o veio apoiar. Sobre o orçamento, para a construção de sanitários na área desportiva dos Moinhos na Quinta Grande, que lhe foi apresentado pelo senhor Vereador José Evangelista, disse que estava por fazer desde a entrega daquela área à Câmara, não à Junta de Freguesia. Que o senhor Vereador lhe pediu, como a Junta tinha mais facilidade de, porque era uma obra pequena, mandar fazer, aceitou, prontificou-se a mandar fazer a obra. Que a Junta de Freguesia pagou ao construtor com a

promessa de que o dinheiro estava disponível quando a obra estivesse pronta. Por fim disse que a obra já foi vista pelo senhor Vereador e pelo senhor Arquitecto Carmona, tendo achado que a obra estava impecável, só que a Junta pagou e até ao momento, já lá vão quatro meses, ainda não recebeu.

O senhor **João Serrano** disse que ouviu com atenção todas as intervenções que foram feitas. Sobre a Ribeira da Falagueira disse que nunca ouviu o senhor Luís Guarita referir-se aos buracos que ali existiam e que estava à espera que ele viesse falar no fim das barracas naquele local. Que deveria vir falar sobre a obra que ali foi feita, pois foram retiradas todas as barracas do local. Que fica contente quando vê projectos a serem anunciados, projectos a serem erguidos, projectos de postos de trabalho a serem criados, as acessibilidades e parques de lazer e diversão. Sobre o lago da Ilha do Lido disse que não é uma piscina olímpica e, como tal, as pessoas não podem ali mergulhar. Sobre o espaço ATL em Alfragide, dizendo que está um espaço interessante e importantíssimo para a Freguesia. Por fim disse que há uma grande incomodidade dos outros partidos, nomeadamente, os partidos da oposição, perante um conjunto de obras, de realizações, de projectos que estão a colocar a Amadora no mapa da Área Metropolitana e que, infelizmente à uns anos não existiam.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu-se ao convite que recebeu ontem para participar numa visita da senhora Secretária de Estado dos Transportes ao Concelho. Que posteriormente recebeu um contacto telefónico a desconvocar porque a senhora Secretário de Estado não queria os Autarcas presentes, pelo que pergunta qual razão de ser desta situação, pois houve uma deselegância. Por fim disse que ou se convidam as pessoas para participar ou não se convida, mas que convidar e desconvidar é um bocado deselegante.

O senhor **Luís Guarita** voltou a intervir para dizer que queria dizer ao senhor João Serrano que ele e o senhor Carlos Reis e outras pessoas escolheram esta Cidade para viver voluntariamente com muito prazer e com muito gosto. Que as questões que aqui trazem é esse mesmo gosto, o gosto de viver nesta Cidade e a preocupação que têm com ela. Por isso é que acha estranho que eles aqui venham, democraticamente, debater os problemas da Cidade.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Catolino Pinto** disse que foi com mágoa que ouviu a sua intervenção, porque sempre teve uma linha aberta com ele e nunca houve da parte dele de não haver conversações e informação e que sempre esteve disponível. Sobre o pagamento disse que nem se vai pronunciar sobre ele, mas que, tal e qual, como sempre teve uma linha aberta, poderia ter-lhe dito que a Câmara não lhe paga as obras efectuadas. Sobre a questão dos investimentos nunca disse que foi a Câmara que fez ou deixou de fazer, o que interessa é que sejam feitos.

Ao senhor **Luís Guarita**, sobre a questão dos Parques, disse que a Câmara tem uma preocupação sobre os Parques. Que não são feitos para que neles existam normalidades. Que não se pode conformar e desistir de haver uma Cidade igual às outras por haver alguns problemas de vandalismo. Que vai ser colocada segurança no Parque Urbano da Falagueira, através de vídeo vigilância, para que não haja vandalismo. Sobre a velocidade que poderá haver na Estrada da Falagueira disse que o que a Câmara vai utilizar é a semaforização na Estrada, no sentido de cortar a velocidade e ao mesmo tempo a colocação de sinais reguladores de velocidade. Sobre a recolha do lixo disse que os Moloks e os caixotes do lixo não vão funcionar ao mesmo tempo. Que a obra não está acabada e quando estiver acabada passará a ter só Moloks. Sobre a pintura da Estrada disse que, como a obra não está acabada, só depois de acabada é que vai levar a pintura definitiva.

Ao senhor **José Fernandes** disse que a Câmara vai ter de tomar providências com a colocação de Seguranças, tal como foi feito na Ilha Mágica do Lido. Que o equipamento da Ilha Mágica do Lido não foi feito para piscina e que o que se está a fazer, tendo em conta que as crianças utilizam o lago como piscina, é colocar azulejos para que não haja acidentes. Que aquele espaço é um espaço que orgulha a Amadora, é um espaço qualificado e tem muita utilização, nomeadamente de crianças e idosos. Por fim disse que a sua prioridade são as pessoas a nível da educação e a nível de terceira idade.

O senhor **Catolino Pinto** voltou a intervir para dizer a razão de hoje ser mais agressivo. Que hoje teve conhecimento dum documento de propaganda eleitoral, distribuído na Freguesia de Alfragide, onde viu a construção da área educativa, a doação dum terreno para a construção de uma Igreja na área norte, quando sabe que esse terreno foi doado pelo senhor Eng. Alberto Aldim. Por fim disse que, foi por estas razões, é que foi mais agressivo, mas que espera que

continue a haver o mesmo diálogo entre o Presidente da Câmara, Joaquim Raposo e o Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide, Catolino Pinto.

O senhor **Presidente da Câmara** voltou a intervir para dizer que, sobre a questão do terreno para a Igreja, sabe que o primeiro proprietário vendeu a alguém que se comprometeu que aquela parte fosse para a Igreja. Por fim disse que aquele terreno foi cedido à Câmara e a Câmara fez a cedência à Igreja, tal como está na escritura.

Não havendo mais intervenções, senhor **Presidente da Assembleia** deu o ponto por encerrado.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão às Grandes Opções do Plano para 2005 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais*** **(Proposta n.º. 446/2005)";**

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que foi decidido, em sede de Comissão, que este ponto fosse discutido em conjunto com o n.º. 3 e que a votação seria em separado. De seguida informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que é a primeira vez que é feita, pelo menos ao longo do tempo que está na Câmara, uma Revisão Orçamental. Que houve necessidade de o fazer por alguns motivos, nomeadamente o que tem a ver com o recebimento dos dividendos dos SMAS e o acerto de contas com os mesmos. Que a verba que a Câmara tem a receber e ao acerto de contas há um conjunto de questões que a Câmara põe em causa sobre os valores que os SMAS dizem que é devido. Por isso teve de se fazer esta revisão, uma vez que no Orçamento da Câmara não haviam as verbas e nalguns casos as rubricas necessárias para esta alteração. Por isso se foi ao saldo de gerência e foram utilizados cerca de 25% do saldo de gerência do ano passado e que tem como objectivo em relação ao Plano de Pormenor de Investimentos na área obras na construção de Habitação Social e, ao mesmo tempo, de Comércio e Serviços e Equipamentos no Casal da Mira. Que essas obras são no

valor de 45 milhões de Euros e para os quais a entidade que fez a construção entende que lhe é devido em juros. Juros esses que estão contabilizados pela entidade, mas que não são esses valores e para os quais se está a apurar o valor real de juros que se devem à entidade que fez a obra. Que, do ponto de vista contabilistico se tem de colocar o que, na pior das hipótese, se a entidade tiver razão, seria esse valor, razão de constarem os 550 mil Euros. No que se refere às Modificações do Plano das Actividades Municipais disse que, em relação à questão do cumprimento do contrato de concessão da rede de drenagem da SANEST no reforço no âmbito da comparticipação das obras que a Amadora tem que fazer, no âmbito da sua obrigação contratual em relação à SANEST, da qual a Câmara é sócia e também cliente, uma vez que há obras que são financiadas e que têm de ser comparticipadas pelos Municípios, razão de constarem os 100 mil Euros. O cumprimento do contrato com a SINTEJO, razão do reforço de 1 milhão e 250 mil Euros. O cumprimento do contrato com a VALORSUL, pois existem um conjunto de valores que têm de ser cumpridos, razão de constarem os 130 milhões de Euros. Sobre as modificações do Orçamento da despesa com encargos com as instalações de 700 mil e 800 Euros que dizem respeito a encargos com os SMAS, nomeadamente o fornecimento de água a vários Bairros clandestinos, verbas desde 1993, nomeadamente na Azinhaga dos Besouros que praticamente não existe, tendo sido feita contestação, inclusivamente foram feitas cartas por escrito a pedir a suspensão daquela forma de fornecimento de água, razão de se estar em contestação dos valores apresentados, mas que não podia deixar de colocar o que é apresentado pelos SMAS. Mais 417 mil 250 Euros que têm a ver com pequenas ramais feitos pelos SMAS, nomeadamente a ligação às Escolas, aos jardins. Que há verbas transcritas que têm a ver com a classificação orgânica e é distribuída pelas diferentes áreas. Por fim disse que esta revisão orçamental assenta na utilização do saldo de gerência e, como é evidente, em relação à despesa tem que ter o mesmo valor, caso contrário, estaria errado.

O senhor **Luís Guarita** referiu-se aos SMAS, dizendo que têm a decorrer, na Amadora, um conjunto de obras, mas que há uma obra que o intriga que é a obra dos SMAS na Brandoa. Que não percebe aquela obra porque não sabe se já terminou, se não terminou porque o estado em que está é lamentável e é vergonhoso para a Amadora. Que se fica com a sensação que os SMAS têm um tratamento diferente em relação a Oeiras e em relação à Amadora, pelo que gostava de alertar o senhor Presidente da Câmara para que chamasse a atenção dos SMAS para

aquela situação. Sobre a VALORSUL disse que não percebe o que se passa com a Central, porque, ele que vive quase no centro da Amadora, sente, de tempos a tempos um cheiro nauseabundo, que, pensa, tem a ver com os testes e com o não encerramento da central, em termos de fecho de obra, pelo que gostava de perguntar o que é que se passa, se a central está terminada, se já entrou em funcionamento e que fosse esclarecido qual o ponto da situação.

O senhor **José Fernandes** disse que a CDU vai votar favoravelmente estas duas propostas, porque, tal como foi apresentado em sede de Comissão e agora, são motivos atendíveis.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelo senhor **Luís Guarita**. Sobre a obra dos SMAS disse que já se cansou de tentar resolver o problema e que aquela obra como está é vergonhosa. Que, em primeiro lugar, o arranjo exteriores, pois o concurso está lançado e até ao momento não foram arranjados. Em segundo lugar o não terem resolvido o problema da casa abarracada que ali se encontra. Em terceiro lugar deveriam ter feito o sistema de drenagem em relação à via e não foi feito, tendo de ser feito pela Câmara. Sobre o tratamento diferencial disse que existe, pelo que defende que, não havendo possibilidades de estar em paridade com Oeiras e a empresa intermunicipal em que a Câmara da Amadora esteja em plena igualdade com Oeiras, a Câmara da Amadora tem de caminhar para a solução de ter Serviços Municipalizados próprios. Sobre os cheiros da VALORSUL disse que não sabe nada, mas só aquilo que foi determinado e que foi o de que a estação não entraria em funcionamento enquanto não tivessem executado todas as obras necessárias para que não houvesse problemas. Por fim disse que como até agora não foi informado que as intervenções que tinham que fazer foram feitas pensa que a estação ainda não entrou em funcionamento, mas não pode ter a certeza e não acredita que tenha tido entrado em funcionamento e não lhe tivessem dito.

O senhor **Luís Guarita** voltou a intervir para dizer que participou num curso em que se encontrava um responsável da obra e que lhe foi dito, por ele, que não havia, por parte da empresa capacidade para resolver um problema e que isso fazia com que a obra estivesse parada, porque não há capacidade para resolver o problema dos cheiros. A questão que coloca é se a Câmara tem conhecimento dessa situação ou não e se foram apresentadas medidas no sentido de resolver o problema. Por fim disse que o PSD se irá abster na votação destas

propostas em coerência com a votação que teve no Orçamento.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto n.º. 2 a votação, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"8ª. Modificação/Revisão do Orçamento Ordinário para 2005*** **(Proposta n.º. 447/2005)"**;

O senhor **Presidente** colocou o ponto n.º. 3 a votação, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor e 6 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que existe acordo entre todas as bancadas no sentido de continuar esta Sessão na próxima segunda feira, 26 de Setembro. De seguida, tendo em vista a eficácia externa, as minutas de deliberação foram aprovadas, nos termos do n.º. 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a Reunião por encerrados às 1H30.

2ª. REUNIÃO

22 de Setembro de 2005

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores João Vieira, Tremoço de Brito, Martinho Caetano e Quadrado Rego, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, a Senhora Vereadora Maria João Bual e os Senhores Vereadores Alves Nunes, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Miguel Paulo Mendes Gabriel, Vasco Jardim e Vieira de Castro.

Verificado o Quórum, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º. 1 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os senhores Joel Vieira Monteiro, da CDU, Martinho Caetano, do PSD e Rui Miguel Queiroz Correia, do PS (Documentos anexos à presente Acta).
Informou ainda de que, em conformidade com o Artº. 79º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, as vagas seriam preenchidas, caso estivessem presentes, pelos senhores Maria da Assunção Céu Vieira Rosado, Rafael Duarte dos Santos Evaristo e Fernando Manuel dos Reis Batista Gonçalves Raposo. Não comparecendo nenhum dos suplentes não lhes foi dada posse.

II - ORDEM DO DIA

Reiniciaram-se os trabalhos no ponto deixado na Reunião anterior.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"PROQUAL – Permuta de Terrenos na Brandoa-(Proposta n.º. 255/2005";***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à

presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que os terrenos não se destinam a construção, mas sim a zona verde, jardim e estacionamento. Que a Câmara está em negociações para a aquisição de um outro que está a seguir de modo a permitir o aumento da área daqueles equipamentos. Por fim disse que a aquisição destes terrenos e a construção daqueles equipamentos vão libertar a zona de mais construção que já é muito densa.

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, à URPIA para Construção de Equipamento Social com Valência Lar e SAD (Proposta n.º.422/2005)";***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que o Plano de Pormenor em que está inserido este lote definia para aquele local este tipo de equipamento. Que o lote tem uma área assinalável, pois na sua construção serão construídas duas caves, R/C e seis pisos. Que a URPIA assumiu um desafio e vai fazer um grande esforço para a construção do equipamento. Que este equipamento se encontra localizado num local onde as pessoas são maioritariamente idosas. Por fim disse que aquela construção é muito importante para o Concelho.

O senhor **Vítor Gonçalves** interveio para dizer que a Venteira necessitava de um equipamento daquele género e que foi bom aproveitar as qualidades daquela instituição em parceria com a

Câmara e certamente com a Segurança Social para a construção do equipamento. Por fim disse que a Junta de Freguesia da Venteira estará disponível para colaborar no desenvolvimento do projecto.

O senhor **Joaquim Rocha** interveio para dizer que se congratula pela apresentação desta proposta, pois o facto de se fazer algo pelos idosos da Amadora é muito importante e que ele trabalha com os idosos à muito tempo. Por fim apelou ao senhor Presidente da Câmara que, logo que haja uma oportunidade, seja feito um equipamento do género na Freguesia da Mina, pois as instalações da Associação de Reformados da Mina são exíguas.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor **Joaquim Rocha** dizendo-lhe que, desde que haja um parceiro, a Câmara está disponível para resolver o problema e que, pensa, que este deve ser o papel da Autarquia. Que, em relação à Freguesia da Mina, há condições para que nos terrenos, que existem em Vila Chã, seja construído um equipamento do mesmo género. Por fim disse que não é só a Freguesia da Mina que tem necessidade dum equipamento deste género, mas todas as Freguesias do Concelho e que a solução para a construção dos equipamentos será a mesma encontrada para a URPIA.

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 29 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Cedência de Lote de Terreno, em Regime de Direito de Superfície, ao Centro Desportivo, Cultural e Recreativo Moínhos da Funcheira (Proposta n.º. 423/2005)"***;

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que os terrenos sempre estiveram destinados ao Clube. Que a obra foi iniciada clandestinamente e que havia problemas porque os cabos de alta tensão passavam por cima do edifício e quase lhe tocavam, mas que este problema já foi resolvido com o enterramento dos mesmos. Que teria de ser legalizado o terreno para depois se proceder à sua cedência ao Clube. Por fim disse que depois da legalização se deve desenvolver o projecto de alterações, de modo a poder ser construído o edifício e demolir o que não pode ser legalizado para que o Clube possa ter instalações dignas para poder fazer o trabalho devido com a comunidade local.

O senhor **Carlos Reis** interveio para dizer que, em nome do PSD, se congratula pela resolução do problema. Que o PSD reconhece que os Moinhos da Funcheira já não são o Bairro clandestino que existia antes e que reconhece que, nestes últimos oito anos, houve uma evolução no Bairro apesar da recusa do PS em resolver a descentralização administrativa definitiva para aquela parcela do território. Por fim solicitou explicações mais detalhadas sobre a situação de clandestinidade do edifício do Clube.

O senhor **Amilcar Martins** interveio para dizer que não poderia deixar de se congratular com a tomada de posição da Câmara, pois o terreno antes de o ser já era do Clube porque, quando o Bairro era uma área urbana de génese ilegal, a cedência foi feita na altura dos loteamentos quando eram feitos clandestinamente. Que hoje, com apoio de muitas Associações de Moradores, a legalização acabou por se concretizar nos Moinhos da Funcheira, no Casal da Mira, no Casal do Rebentão, na Terra dos Canos, na Serra da Mira e no Alto dos Moinhos. Que existe um lote de terreno, sob a tutela da Associação de Moradores, destinado ao Centro de Solidariedade Social. Por fim disse que espera que, depois de legalizado, seja disponibilizado ao mesmo.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu dizendo que em 1976 foi cedido, através de uma declaração reconhecida pelo Notário, o terreno de 276 metros quadrados por parte do proprietário, senhor Joaquim Duarte Cardoso, à Comissão Instaladora do Centro Desportivo, Cultural e Recreativo dos Moinhos da Funcheira. Que depois foi feito todo o processo da AUGI. Que os terrenos não podiam ser cedidos directamente, mas sim cedidos à Câmara e a

Câmara, depois de legalizados, os cederia ao Clube. Que não haverá cedência de terrenos, por parte da Câmara, sem ser a uma Instituição que tenha objectivos claros. Por fim disse que, como os terrenos estão no domínio privado da Câmara, a cedência dos terrenos tem de ser presente à Assembleia para que esta a aprove.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal sobre Viaturas Estacionadas Indevida e Abusivamente na Via Pública (Proposta n.º. 428/2005)";***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Trânsito e Transportes reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, como foi o senhor Vereador **Vasco Jardim** que acompanhou todo o processo, lhe daria a palavra.

O senhor Vereador **Vasco Jardim** fez a introdução formal da proposta dizendo que em 2002 foi aprovado, pela Assembleia Municipal, este Regulamento. Que com as novas alterações ao Código de Estrada foi necessário adaptá-lo, razão da sua apresentação à Assembleia Municipal para aprovação.

O senhor **Luís Guarita** interveio para perguntar qual o ponto de situação do problema de vendas de viaturas no espaço público. Sobre as obras do Decatlon, do IKEA e da Nacional 117 perguntou quando se prevê a sua conclusão e se vai ser reposto o que estava originalmente. Perguntou ainda de quem foi a ideia de colocar o painel de sinalização à saída do IC 19 para quem vem de Benfica. Por fim disse que quando se sai do IC 19 existe um painel a dizer Amadora, colocado pelo IEP, mas que a empresa que anda a colocar os painéis de sinalização

colocou um atrás deste e as indicações não se vêm, pelo que solicita que a situação seja reposta.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu-lhe dizendo que, sobre a venda de automóveis na via pública, foi aprovada legislação no sentido de permitir alterar a situação. Que o Stand do Alto Maduro utiliza a zona de parquímetros e que este é um esquema utilizado, pois retiram o tiket e colocam-no nos carros e também que já não utilizam a placa de "vende-se", mas sim os pára brisas levantados, maneira de indicar que é para venda. Que, no Alto Maduro, tem sido uma guerra constante e a PSP passa por lá e não pode fazer nada, pois estão legais. Sobre a rotunda e as obras do IKEA disse que falta fazer, no local, obras pesadas, sendo uma delas a ligação directa da IC 17 à CRIL, de quem vem de Lisboa, não havendo necessidade de passar pela rotunda da Decatlon. Que as obras estão para arrancar e não faria sentido arranjar a rotunda e depois estragá-la, por isso o seu arranjo será feito depois das obras concluídas. Por fim referiu-se aos sinais dizendo que, aquando da colocação dos novos, devem ser retirados os antigos, mas que para isso é necessário haver um despacho para esse fim, razão de lá continuarem os antigos.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 30 membros presentes (Documento anexo à Presente Acta).

8 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***"Projecto de Regulamento Municipal de Arquivo do Município da Amadora (Proposta n.º. 429/2005)".***

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que a Comissão de Urbanismo reuniu e emitiu parecer que foi lido pela senhora 1º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, como foi o senhor Vereador **Vasco Jardim** que acompanhou todo o processo, lhe daria a palavra.

O senhor Vereador **Vasco Jardim** fez a introdução formal da proposta dizendo que teria de se

definir uma série de regras e procedimentos, tendo em atenção a circulação de documentação de uns arquivos para outros. Regras que tenham em atenção à selecção dos documentos que devem ser ou não conservados. Que esta é a pedra para se atingir uma gestão integrada de todos os arquivos dispersos que existem na Câmara. Por fim disse que o que se procurou definir foi um conjunto de regras e procedimentos para se caminhar para a criação de um arquivo municipal.

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que elogiava a Câmara pela apresentação desta proposta. Que é salutar que tenha tido a iniciativa de criar este projecto de Regulamento para Arquivo Municipal. Que manifestou, em sede de Comissão, que a Câmara não tem, formalmente, um arquivo municipal, não se encontrando instituído um Serviço de Arquivo Municipal. Que acha que em primeiro lugar se deveria começar por criar formalmente um arquivo para depois serem instituídas as regras do mesmo. Por fim disse que a Câmara deveria pensar em criar outro arquivo para que no futuro fosse integrado na futura Biblioteca.

O senhor **Carlos Reis** interveio dizendo que queria que a sua intervenção fique registada em Acta. **A intervenção é a seguinte**: "Obrigado senhor Presidente, construir uma nova ideia de Cidade ou construir uma Cidade implica naturalmente começar pelas coisas às vezes mais obvias, como de facto a Amadora ter um Arquivo Municipal, não é uma coisa de somenos importância, é uma coisa muito importante, é um elemento estrutural de qualquer Câmara Municipal, é um elemento estrutural de qualquer Instituição especialmente de uma Autarquia Local, aliás em visita e aproveito para agradecer ao senhor Presidente da Câmara a cordial recepção que fez ao meu candidato a Presidente de Câmara e aos nossos candidatos que tiveram a oportunidade de visitar as instalações da Câmara Municipal, nos demos conta por exemplo do bom que há e do bom que se trabalha aqui na Câmara da parte dos funcionários extremamente dedicados, mas por exemplo de uma das lacunas que mais se nota é da questão de um arquivo actualizado, é um trabalho que não se vê, é um trabalho que não dá votos e por isso mesmo nestes oito anos tenha ficado para trás, aquele trabalho que menos votos dá, mas é um trabalho tão importante, como outro trabalho qualquer, como por exemplo o trabalho da informatização dos Serviços da Câmara, nesse sentido gostaria aqui de anunciar aqui o meu voto positivamente aquilo que o senhor Vasco Jardim aqui vem propor, através da pessoa da